

PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO “POVOAMENTO RURAL ALTO- -MEDIEVAL NO TERRITÓRIO DE CASTELO DE VIDE”

BASES METODOLÓGICAS PARA A ARQUEOLOGIA DOS ESPAÇOS CAMPONESES

FABIÁN CUESTA-GÓMEZ Universidade de Salamanca, jfabiancuesta@gmail.com

SARA PRATA Instituto de Estudos Medievais (FCSH/UNL), Universidade de Salamanca, sara.m.prata@gmail.com

TIAGO RAMOS Instituto de Estudos Medievais (FCSH/UNL), tiagopinheiroamos@gmail.com

CARLOS DUARTE SIMÕES Instituto Internacional de Investigaciones Prehistoricas de Cantabria, carlosduarte.simo.es

SÍLVIA CASIMIRO Instituto de Estudos Medievais (FCSH/UNL), smcasimiro@gmail.com

MARTINA MONTEIRO Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, martina.monteiro@gmail.com

TIAGO PEREIRA Instituto de Estudos Medievais (FCSH/UNL), tiago.andre.sp@gmail.com

RESUMO Neste artigo, da autoria da equipa do projecto de investigação plurianual em arqueologia *Povoamento rural alto-medieval no território de Castelo de Vide* (PramCV), damos a conhecer o projecto, centrando-nos nas opções metodológicas adoptadas e nos principais trabalhos levados a cabo.

PALAVRAS CHAVE PramCV, comunidades rurais, metodologia arqueológica, Alta Idade Média, Castelo de Vide (Portugal)

ABSTRACT PramCV is a multiannual archaeological research project which aims to reconstruct the past way of lives of the peasant communities that occupied this territory between the 5th and 12th centuries. In this paper, signed by the research team of the project PramCV (Early medieval rural settlements in the territory of Castelo de Vide), we introduce the project by presenting our methodological framework and the key archaeological works carried out so far.

KEYWORDS PramCV, peasant communities, archaeology, Early Middle Ages, Castelo de Vide (Portugal)

INTRODUÇÃO

O objectivo deste artigo é dar a conhecer o projecto de investigação em arqueologia PramCV. Começaremos por fazer um breve enquadramento no qual expomos o marco legal no qual se desenvolvem este tipo de projectos. Seguidamente apresentamos os limites geográfico e cronológico da investigação, destacando ainda os principais trabalhos arqueológicos nesta área. Faremos então a apresentação das bases metodológicas do projecto enfatizando os principais resultados obtidos até ao momento. Concluiremos com uma breve referência aos autores peninsulares mais relevantes para esta temática.

ENQUADRAMENTO LEGAL

O PramCV é um projecto de investigação plurianual em arqueologia (PIPA) que está a ser desenvolvido no território do concelho alto-alentejano de Castelo de Vide entre 2014 e 2017. O funcionamento dos projectos plurianuais em arqueologia está disposto na Circular n.º 1/2015¹ da DGPC e enquadrado no Regulamento

1. Disponível em http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/patrimonio_arqueologico/projectodeinvestigacao160.pdf [Data de consulta: 02/04/2016].

de Trabalhos Arqueológicos² (RTA – Decreto-Lei n.º 164/2014, DR, 1.ª Série, n.º 213, de 4 de Novembro) e no Despacho Normativo n.º 18-Aj2003 (DR, 1.ª série, 105, de 7 de Maio). A actividade arqueológica de investigação enquadra-se no Artigo 8.º do RTA: «1- Os projetos de investigação plurianual, de duração até quatro anos, referidos na alínea a) do artigo 3.º, são instruídos com memória descritiva e formulário próprio e são objeto de prévia apreciação por parte dos órgãos da administração cultural competentes».

Isto significa que todos os trabalhos arqueológicos que impliquem a afectação permanente de sítios arqueológicos e/ou impacto no subsolo, e que não se insiram num contexto de prevenção/emergência, terão que ser necessariamente enquadrados em projectos de investigação/valorização, sujeitos a uma avaliação prévia por um painel de especialistas. Este enquadramento legal garante a capacidade dos projectos face aos objectivos a que se propõem e constitui uma forma de salvaguardar o património arqueológico de acções não planeadas.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

Os primeiros trabalhos a incidir sobre vestígios arqueológicos alto-medievais castelo-videnses foram os de M. C. Rodrigues (1975, 1978) e D. Trindade (1979). Os trabalhos de prospecção destes autores permitiram recuperar vasta informação, sendo ainda realizadas algumas escavações em sítios desta cronologia, algumas das quais viriam a ser retomadas nos anos 80 por O. Caeiro (1985).

Paralelamente, a partir de 1981, a arqueologia municipal torna-se palco de um grande impulso endógeno com a criação da *Secção de Arqueologia* da Câmara Municipal de Castelo de Vide, que desde essa data levou a cabo múltiplos trabalhos de campo, sob a direcção científica de diferentes arqueólogos, ao longo dos anos.

Relativamente ao enquadramento geográfico, a localização deste concelho na vertente noroeste da Serra de São Mamede confere-lhe grande heterogeneidade geográfica, coexistindo paisagens muito díspares num território relativamente pequeno (cerca de 265 km²), algo que o torna muito apelativo para uma análise de povoamento. Importa também referir a proximidade com a antiga cidade romana de *Ammaia*, a 4,5 km do limite Sudeste do concelho. O facto de nos encontrarmos naquela que terá sido uma área periurbana em época romana, permite-nos levantar importantes questões sobre a adaptação dos espaços rurais periféricos no período que precede a desestruturação do Imperio.

A baliza cronológica do PramCV foi estabelecida mediante um pressuposto de larga diacronia: entre os séculos V e XII, tomando como balizas simbólicas a queda do Império Romano do Ocidente e a formação do Reino de Portugal. Este é um período marcado por sucessivas transformações político-administrativas, económicas e ideológicas que terão tido inevitáveis consequências no modo de vida das comunidades rurais.

O objecto de estudo do PramCV são as comunidades camponesas que habitaram, construíram, exploraram e transformaram o espaço rural de Castelo de Vide. Trata-se de uma realidade praticamente omissa nas fontes escritas, já de si escassas para este período. Para verdadeiramente conhecer o mundo rural alto-medieval é necessário identificar as marcas deste passado que se conservam na paisagem actual, e uma metodologia arqueológica é fundamental para aceder e interpretar essa informação.

Por outro lado, o Município de Castelo de Vide tem demonstrado interesse em investir neste património, como um bem cultural, fomentando diferentes acções arqueológicas no Concelho.

Foi a combinação destes factores – potencial arqueológico, idoneidade do território e interesse por parte do município – que nos motivaram para desenvolver o PramCV. O projecto tem como entidade de acolhimento o Instituto de Estudos Medievais (IEM-FCSH/UNL). A Câmara Municipal de Castelo de Vide fornece o apoio logístico necessário aos trabalhos de campo, cede instalações e meios para os trabalhos de laboratório e financia trabalhos especializados.

BASES METODOLÓGICAS

O projecto assenta metodologicamente em quatro pilares complementários e que apresentamos em seguida:

PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA

Deve ser o ponto de partida para qualquer análise de povoamento. No PramCV, estes trabalhos organizam-se em três vertentes: relocalização (de sítios identificados anteriormente); prospecção extensiva orientada (norteada por referências prévias) e prospecção sistemática intensiva (em locais com maior concentração de vestígios alto-medievais).

Os vestígios mais recorrentes no território de Castelo de Vide são as sepulturas escavadas na rocha (Prata, 2014), normalmente isoladas ou em pequenos grupos (2/3), sendo também frequentes os materiais cerâmicos (principalmente de construção) e indícios de estruturas pétreas.

SIG

Os sistemas de informação geográfica são um conjunto de ferramentas informáticas que permitem gerir dados espaciais. No PramCV utilizamos o programa *ArcGIS* para planificar os trabalhos de campo, gerir e analisar a informação obtida. Analisando a distribuição dos sítios arqueológicos no território é possível compreender aspectos fundamentais da sua ocupação. Em Castelo de Vide as zonas de vale com linhas de água secundárias têm-se revelado como os locais escolhidos para a ocupação rural alto-medieval.

ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA

A baixa qualidade da maioria dos solos actuais, bem como a abundância de afloramentos graníticos em su-

2. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/58728911> [Data de consulta: 02/04/2016].

perfície, invalidou práticas de agricultura mecanizada/intensiva. Consequentemente, a maioria dos terrenos são hoje utilizados para exploração ganadeira, o que favoreceu o excepcional nível de conservação apresentado pelos vestígios arqueológicos conhecidos até ao momento.

Nos trabalhos de escavação conjugam-se duas metodologias: as sondagens de diagnóstico e a escavação em área. O objectivo destes trabalhos é caracterizar as zonas habitacionais e as estruturas produtivas que surgem associadas aos sepulcros rupestres, documentar o seu comportamento estratigráfico e cronologia de construção e utilização.

As estruturas intervencionadas até ao momento recorrem exclusivamente ao uso de pedra no levantamento dos alçados, normalmente com sistema de duplo paramento de blocos de pequena dimensão, com enchimento de pedra miúda, terra e escassa argamassa. Está documentado o uso de coberturas em telha curva (muito decorada) e em materiais perecíveis.

ESTUDO DE ARTEFACTOS E ECOFACTOS

Inclui a análise dos materiais obtidos nos nossos trabalhos de campo e a revisão do espólio de prospecções/escavações anteriores, disponíveis no fundo municipal. O estudo da cultura material destas comunidades camponesas permite-nos reconstruir quotidianos, atribuir cronologias e funcionalidades e identificar centros produtores e redes de circulação.

A cultura material destes contextos é representada essencialmente por materiais cerâmicos. As peças mais frequentes são formas fechadas do tipo pote/panela e peças de bico vertedor como jarros/bilhas. As pastas são pouco depuradas, com ENPs de grande dimensão; predominam os fabricos a torno lento; sem acabamentos nem praticamente decoração. As cozeduras muito heterogéneas, resultando em peças de coloração irregular. Os ecofactos são consideravelmente mais raros, normalmente restos vegetais carbonizados. Espera-se que através dos carvões identificados nas campanhas do Verão de 2015 seja possível obter datações absolutas para algum dos contextos.

PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS

Com as escavações realizadas pelo PramCV já foi possível identificar e caracterizar espaços alto-medievais de uso doméstico: a granja da Tapada das Guaritas (2014) e a estrutura 2 do Junçal (2015); e de uso económico: os lagares do Junçal e da Tapada das Guaritas II (ambos 2015). Em todos estes sítios as estruturas estão associadas a sepulturas rupestres.

Em Portugal, M. Barroca foi o primeiro autor a sugerir que os sepulcros rupestres poderiam estar associados directamente a áreas de uso doméstico/produtivo (1987), plasmando os conjuntos de poucas sepulturas e os casos isolados uma realidade de povoamento disperso. Esta hipótese foi posteriormente aplicada por vários autores que se serviram de sepulturas para estudos de povoamento, sendo sistematicamente identificados nas proxi-

midades dos sepulcros vestígios cerâmicos e pétreos que sugeriam a presença de estruturas.

O contributo mais relevante do PramCV tem sido a escavação arqueológica de vestígios destas estruturas. Atestando a contemporaneidade entre sepulcros e vestígios reconhecíveis em superfície, os contextos identificados permitem-nos caracterizar a organização dos espaços domésticos, produtivos e funerários, e começar a entender o aproveitamento económico do território num mundo rural ainda praticamente desconhecido.

Inicialmente, o espectro cronológico do projecto foi estabelecido com grande amplitude, no entanto, uma primeira aproximação à cultura material recuperada indica que estes edifícios terão sido construídos e utilizados entre os séculos V e VIII, correspondendo aos momentos de transição entre o final do mundo antigo e o início da medievalidade.

FORMAÇÃO E RETORNO SOCIAL

Em paralelo com os trabalhos de campo temos fomentado iniciativas de divulgação dirigidas à população local e aos visitantes do Concelho. Tendo em vista o retorno social imediato, estas actividades são um compromisso fundamental no PramCV, sendo realizadas visitas guiadas, exposições e palestras focadas no património arqueológico alto-medieval³. Para que o projecto possa ainda funcionar como uma plataforma de formação avançada, a planificação dos trabalhos de prospecção, escavação e estudo de materiais é parcialmente articulada com os períodos de interrupção lectiva, de forma que participem alunos de Arqueologia da FCSH/UNL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A especificidade do registo arqueológico faz com que seja necessário repensar a arqueologia das comunidades rurais alto-medievais. No entanto, importa lembrar que se tratam de realidades muito regionalizadas e que os dados que aqui apresentamos se aplicam ao território de Castelo de Vide, podendo não ser aplicáveis a outras regiões. Deve-se ter presente a importância de estabelecer metodologias próprias e adaptá-las às especificidades de cada território.

Este projecto insere-se na linha de investigação dos trabalhos que têm vindo a ser realizados nos últimos anos na Península Ibérica (Cordero, 2013; Fernández Mier *et al.*, 2013; Martín Viso, 2012; Quirós, ed., 2015; Vigil-Escalera, 2015; Tente, 2015). Estes autores são referências incontornáveis para o mundo rural alto-medieval peninsular e têm estabelecido as pautas de análise de territórios específicos para entender os processos de adaptação das zonas rurais neste período e compreender as dinâmicas das paisagens e das comunidades que as foram transformando.

3. Para um maior desenvolvimento sobre este tema ver: Prata e Cuesta-Gómez, nestas mesmas actas.



1. Poster apresentado nas jornadas do JIA (Lisboa, 2015).

BIBLIOGRAFIA

BARROCA, M. (1987) – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*. Porto: Policopiado.

CAEIRO, J. O. (1984) – *A Necrópole da Azinhaga da Boa Morte – Castelo de Vide (I e II)*. Évora: Edição da Junta Distrital de Portalegre.

CORDERO RUIZ, T. (2013) – *El territorio emeritense durante la antigüedad tardía (siglos IV-VIII). Génesis y evolución del mundo rural lusitano*. Mérida: CSIC (Anejos de AEspA, 66).

FERNÁNDEZ MIER, M.; APARICIO MARTÍNEZ, P; GONZÁLEZ ÁLVAREZ, D.; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, P. (2013) – Proyecto de Investigación: La formación de los paisajes agrarios del Noroeste peninsular durante la Edad Media (siglos V al XII). *Debates de Arqueología Medieval*, 3, p. 359-374.

MARTÍN VISO, I. (2012) – Enterramientos, Memoria social y paisaje en la Alta Edad Media: Propuestas para un análisis de las tumbas excavadas en roca en el centro-oeste de la Península Ibérica, *Zephyrus*, 69, p. 165-187.

PRATA, S. (2014) – Espaços funerários alto-medievais no Norte da Serra de São Mamede (Portalegre, Portugal): uma proposta de organização espacial, *Arkeogazte*, 4, p. 261-279.

QUIRÓS CASTILLO, J. (2013) – *El poblamiento rural de época visigoda en Hispania. Arqueología del campesinado en el interior peninsular*. Bilbao: Universidad del País Vasco (Documentos de Arqueología Medieval, 6).

RODRIGUES, M. (1975) – *Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide*. Lisboa: Junta Distrital de Portalegre.

RODRIGUES, M. (1978) – *Sepulturas Medievais do Concelho de Castelo de Vide*. Lisboa: Junta Distrital de Portalegre.

TENTE, C. (2015) – Tumbas rupestres en el Alto Mondego (Guarda, Portugal). Patrones de distribución, significados y construcción del paisaje rural altomedieval. *Munibe – Antropología-Arkeologia*, 66, p. 271-290.

TRINDADE, D. (1979) – *Castelo de Vide: subsídios para o Estudo da arqueologia medieval*. Lisboa: Junta Distrital de Portalegre.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, A. (2015) – *Los primeros paisajes altomedievales en el interior de Hispania. Registros campesinos del siglo quinto d.C.*. Bilbao: Universidad del País Vasco (Documentos de Arqueología Medieval, 7).

PÁGINAS WEB

<http://arqueopramcv.jimdo.com/>
<http://pramcv.blogspot.com.es/>